

Exmo. Senhor

**Presidente da Comissão Parlamentar
de Inquérito sobre as consequências
e responsabilidades políticas do
furto do material militar ocorrido em
Tancos**

Deputado Filipe Neto Brandão

REQUERIMENTO

Na audição do passado dia 19 de março, a Procuradora-Geral Adjunta, Joana Marques Vidal reconheceu que o Ministério Público teria tido realmente uma denúncia que referia a possibilidade da ocorrência de um furto de material militar tal como veio a acontecer em Tancos.

Perante essa denúncia e considerando a sua gravidade o MP propôs um conjunto de diligências ao juiz da comarca do Porto que considerou não ser competente para julgar esta matéria. Dessa forma, o MP apresentou as mesmas diligências ao juiz do tribunal de Leiria que remeteu o processo para o Tribunal Central de Investigação Criminal em Lisboa que se considerou competente.

O juiz desse Tribunal veio a pronunciar-se no sentido do indeferimento do mesmo considerando que as alegações seriam vagas não se justificando, dessa forma, as diligências solicitadas pelo MP

Assim, os deputados do GP do PSD vêm requerer o envio a esta Comissão de toda a documentação decorrente deste processo, desde o momento da apresentação das diligências junto do Tribunal do Porto até ao Acórdão final do juiz do Tribunal Central de Investigação Criminal de Lisboa.

Palácio de São Bento, 20 de março de 2019

Os Deputados

Carlos Peixoto

Berta Cabral

José Matos Rosa

Carlos Abreu Amorim

Rui Silva

Leonel Costa

Carla Barros

Fátima Ramos